

# CASO DE DUPLA NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO

Juiz de Direito em São Francisco de Assis

**SUMÁRIO:** — Impugnação pela espôsa do executado da nomeação de bens à penhora feita pelo cabeça de casal. — O marido como substituto processual da mulher, quando a penhora recai em bens imóveis. — Critério a ser seguido pelo julgador, em tais singulares casos de dupla nomeação de bens à penhora. — Natureza da decisão judicial a este respeito, cabimento de recurso.

1. Nas execuções por quantia certa pode o devedor, no prazo de 24 horas, nomear bens à penhora, obedecendo à gradação estabelecida no artigo 930 do Código de Processo Civil: dinheiro ou títulos cotados em Bólsa, na falta destes móveis ou semoventes, ou imóveis, ou afinal direitos e ações. Feita com desobediência à ordem estatuida, ou padecendo de outros defeitos referidos nos incisos do artigo 923 do C. P. Civil (bens em lugar longínquo, ou onerados, ou insuficientes, etc.), a nomeação de bens não valerá, SALVO se com ela concordar o exequente, pois que, ensinam os doutrinadores, é em favor do credor que a lei cria restrições ao direito do devedor de nomear bens à penhora (CARVALHO SANTOS, "Cod. de Proc. Civil Interp.", v. X, pg. 103, JORGE AMERICANO, "Coment. ao Cod. de Proc. Civil", v. 4.º, pg. 213, AMILCAR DE CASTRO, "Coment. Cod. de Proc. Civil", v. X, pg. 154). Portanto, se concorde o exequente, válida é a nomeação feita pelo executado.

2. Todavia, deparou-se-nos em processo trazido à nossa decisão, uma ação executiva cambiária, um caso, certamente bastante raro, no qual, **mau grado a expressa concordância do autor exequente**, houve que invalidar a nomeação de bens tempestivamente feita pelo réu. E isto porque a mulher do executado, intimada da penhora, por a mesma haver recaído em bens imóveis, veio impugná-la, declarando possuir o casal numerosos semoventes, em valor bastante para cobrir a execução, e requerendo afinal fosse obedecida a gradação legal, anulando-se a penhora já feita e procedendo nova diligência nos bens por ela indicados.

Ouvido o credor, este alegou que a inversão da ordem só é motivo de nulidade quando o exequente dela discorda, pois tal gradação foi prescrita em favor dos credores, e não dos devedores. O executado-espôso, também ouvido, veio igualmente dizer que a validade da nomeação por ele feita só poderia ter sido contestada pelo exequente, única pessoa juridicamente legítima para tal impugnação.

Conclusos os autos, e após o relatório, passamos a decidir:

3. “Em primeiro lugar, cumpre desde logo estabelecer que a executada-espôsa não opoz “embargos” à penhora, conforme afirmou o exequente, mesmo porque não estamos em fase de execução de sentença. Por outro lado, também não se discute a validade da nomeação de bens, feita com inversão da ordem legal, quando nela consente o exequente. A disputa, no caso, assume um aspecto incomum: não se trava entre exequente e executado, como só acontecer, mas entre os executados. Ambos, um e outro, APROVEITARAM-SE DO BENEFÍCIO QUE A LEI CONCEDE AOS DEVEDORES, DE NOMEAR BENS A PENHORA, para que a execução se faça do modo para eles menos oneroso.

Passo a decidir: pode a espôsa do executado nomear bens à penhora, em concorrência com o direito já exercido pelo espôso?

Duas são as hipóteses: ou a nomeação recaiu em bens móveis, ou em bens imóveis. No primeiro caso, temos que o marido é o administrador legal dos bens do casal, dêles dispondo como mais conveniente lhe pareça, e agindo em juízo como substituto processual da espôsa: portanto, a esta não caberá fazer oposição aos atos praticados pelo marido, em juízo, com relação aos bens móveis da comunhão conjugal.

Mas, se a penhora recai em bens imóveis, como no caso em espécie? A situação diverge radicalmente. O Código Civil, artigo 235, proíbe que o marido aliene, hipoteque ou grave de ônus real “os bens imóveis do casal, ou próprios, e os direitos reais, comuns ou próprios, sobre imóveis alheios” (vide PONTES DE MIRANDA, “Tratado de Direito de Família”, v. II, pg. 37). A vedação de pleitear, como autor ou réu, acerca destes bens e direitos, sem o consentimento da mulher, é o corolário necessário da proibição de alheia-los ou gravá-los (idem, idem, pg. 38).

E é por tal motivo que, “recaindo a penhora em bens imóveis os oficiais de justiça deverão citar a mulher do executado, porque esta é PARTE PRINCIPAL na relação processual: é LITISCONSORTE (arts. 81 e 82 do C. P. C.)” (AMILCAR DE CASTRO, “Coment. ao C. P. C.”, v. X, pg. 228).

PEDRO CASTRO MARTINS, o melhor exegeta da atual ordenação processual civil, assim explica o porque do mandamento contido no artigo 81 do C. P. Civil, o qual obriga a intervenção da mulher nas causas que versarem sob bens imóveis, pena de nulidade:

“O intuito manifesto da lei é salvaguardar o patrimônio da família, impedindo que o marido, sem consentimento da mulher, possa pleitear, ativa ou passivamente, sobre imóveis ou direitos a eles relativos. Desde que se considere que o direito de pleitear implica, potencialmente, o de alienar, justificada estará a limitação, que só pode ser criticada pela sua estreiteza.” (Coment. ao Cód. de Processo Civil, v. I, pg. 249).

E AMILCAR DE CASTRO, comentando o artigo 948 do C. P. Civil, afirma que, em se tratando de bens imóveis, marido e mulher são litisconsortes necessários, ambos agem “jure proprio”, sendo ampla a AUTÔNOMA a atividade processual de cada um deles: “tanto o marido como a mulher pode, independente um do outro, requerer, articular, provar, alegar e recorrer, com inteira autonomia.” (ob. cit., pg. 231).



E aprofundando mais seu pensamento, o ilustre Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ensina que, em casos tais, inexistente a substituição processual da mulher pelo marido, pois

“A mulher, como parte litigante, tem sempre atividade própria, individual... Muito embora o interesse em lide seja do casal, e esteja sendo defendido também pelo marido, e se queira ver na intervenção da mulher uma ação meramente fiscalizadora, no intuito de evitar possíveis dilapidações prejudiciais à família, não se pode, de modo algum, concluir que a atividade processual da mulher seja restrita, subalterna. Dizer-se que a mulher tem na demanda uma atividade processual inferior à do marido é articular uma idéia vaga, inconsistente, que afinal não significará coisa alguma, porque não se ficará sabendo com precisão quais os atos processuais que, em face da lei, ela não poderá praticar, ou quais os termos em que pode intervir, nem qual seja nestes a extensão de sua intervenção.

Recaindo a penhora em bens imóveis, SERA' CITADA A MULHER DO EXECUTADO COMO PARTE PRINCIPAL, COMO LITISCONSORTE, porque a lei retira do marido a substituição processual, e a mulher casada não é incapaz.” (ob. cit., pg. 232).

Como, dest'ante, retirar à mulher casada o direito de efetuar um ato processual de básica importância, qual o de nomear bens à penhora, quando estejam em jogo bens imóveis? Fazê-lo será contrariar “o intuito manifesto da lei de salvaguardar o patrimônio da família”, e, ofendendo as claras disposições legais, tornar a intervenção da esposa na lide meramente platônica.

4. Isto posto, assente que a esposa do executado, quando intervém como litisconsorte, CABE PRATICAR TODOS OS ATOS PROCESSUAIS QUE AO ESPÓSO TAMBÉM COMPETEM, vejamos qual das duas nomeações à penhora deve ser aceita por este juízo.

Qual das nomeações melhor virá “salvaguardar o patrimônio da família”? Afirma o executado que mais convirá a alienação de imóveis que a de semoventes, pois a destes viria a “despovoar” ainda mais os campos. .... Na época atual, em plena e desenfreada corrida inflacionária, à segurança patrimonial da família convém a posse de bens imóveis, cuja valorização é segura, e que não podem ser distraídos senão pelo consentimento de ambos os cônjuges. As vendas em hasta-pública, todos o sabem, são geralmente feitas por preços inferiores aos alcançados no livre jogo da oferta e da procura, e simplesmente porque a arrematação é uma oferta forçada. Os campos podem ser repovoados pela aquisição de gado a crédito, a exemplo dos novinhos que, assevera o próprio executado, assim foram adquiridos a Ivo Lima do Prado.

O que se não pode admitir é que o espóso procure utilizar uma ação judicial para fazer o que a lei não permite: a venda de imóveis do casal independente de consentimento uxório. .... Assim, aceito a nomeação feita pela esposa a fls. 13 e v., e determino, etc. etc.”

5. Desta decisão apelou o executado-espóso. Alegou como preliminar que, segundo entendimento da 3.<sup>a</sup> Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, cabe apelação “de toda decisão definitiva para a qual o Código não dê agravo” (Justiça, v. 3.<sup>o</sup>, pg. 394), e, quanto ao mérito, simplesmente renovou



as anteriores afirmativas no tocante à falta de qualidade da espôsa para impugnar a nomeação de bens feita pelo marido.

Deixamos de receber a apelação por julgarmos que as decisões referentes à penhora, nas ações executivas, e salvo hipóteses excepcionais, não se revestem do caráter de “definitivas”, de forma a ensejar o uso do referido recurso, o qual deverá ser interposto da sentença final que, decidindo do mérito, julgar “subsistente a penhora”. Quando o litígio sobre a penhora surge em execução de sentença, a matéria será ventilada e decidida através os embargos previstos nos artigos 948 e 1009 do C. P. Civil.

Demos como definitiva apenas a sentença que decide, ou o mérito principal do litígio, ou uma questão referente ao mérito, como condição de ação (ODILON DE ANDRADE, “Coment. ao C. P. C.”, ed. Rev. For., v. IX, pg. 158). Sentença definitiva “é por sua natureza a que decide sobre a demanda, acolhendo-a ou rejeitando-a” (CHIOVENDA, “Instituições de Direito Processual Civil, vol. III, pg. 322).

Ora, as decisões referentes a quais os bens clausurados pela penhora julgamos que se não revestem do caráter de definitivas, pois não apenas nada resolvem quanto ao direito substancial em lide, como porque os bens vinculados podem ser substituídos por outros (arts. 949 e 950 do C. P. C.); pode o vínculo da penhora ser ampliado a outros bens do devedor (art. 951 do C.P.C.); e, também, se a avaliação demonstrar excesso de penhora, pode o juiz liberar parte dos bens gravados. Assim, não tendo a decisão impugnada decidido quanto ao mérito da ação, e sendo passível mesmo de ser alterada pelo próprio prolator, consideramos incabível o recurso. Nas ações executivas, durante a fase anterior à sentença, a penhora é providência meramente cautelar, destinada a prevenir a possibilidade de o devedor distrair seus bens em tal interregno.

Salientemos, todavia, que nosso pensamento não se acha em discordância com o dos doutos prolatadores do acórdão invocado pelo apelante, pois na espécie decidida pelo mencionado aresto, embora muito semelhante a ora em estudo, intervinha um elemento novo: a possibilidade de DANO IRREPARÁVEL para uma das partes, — a modificar o panorama jurídico.

**CONCLUINDO:** — A - Nomeados à penhora bens móveis, não cabe à espôsa fazer oposição ao ato do marido, seu substituto processual;

B - Nomeados à penhora bens imóveis, pode a mulher, como litisconsorte, impugnar o ato do marido, E EXERCER TAMBÉM ELA O DIREITO DE NOMEAÇÃO;

C - Nos casos acima referidos, de dupla nomeação de bens, caberá ao juiz escolher aquela nomeação que, bem acautelando os interesses do exequente, venha a onerar menos o patrimônio da família dos executados;

D - As decisões referentes a quais os bens a serem clausurados pela penhora não se revestem, “normalmente”, das características de “definitivas”, ensejando recurso de apelação.